STJ00106879

COORDENADORA

CPC
EM FOCO

TEMAS ESSENCIAIS
e sua receptividade

Dois anos de vigência do novo CPC

Segunda edição do livro *Temas Essenciais do novo CPC*

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00106879

CPC EM FOCO – TEMAS ESSENCIAIS E SUA RECEPTIVIDADE

DOIS ANOS DE VIGÊNCIA DO NOVO CPC

TERESA ARRUDA ALVIM
Coordenação

2ª edição revista, atualizada e ampliada
1ª edição: 1ª tiragem: março de 2016; *2ª tiragem:* maio de 2016.

© desta edição [2019]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433
e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br
Impresso no Brasil [11-2018]
Profissional
Fechamento desta edição [24.10.2018]

ISBN 978-85-5321-204-0

1135733

STJ00106879

SUMÁRIO

Apresentação 9

O contraditório no NCPC
JOSÉ ALEXANDRE MANZANO OLIANI

1. O que mudou 43
   1.1. A relevância dos arts. 7º, 9º e 10 do NCPC 44
2. Situações em que o juiz pode decidir independentemente de contraditório prévio 45
3. O contraditório na fase recursal 47
4. Situações em que, na fase recursal, pode ser proferida decisão sem contraditório prévio 48
5. Consequência(s) da inobservância do contraditório 50

Competência Principais inovações do NCPC
EVARISTO ARAGÃO SANTOS

1. Fixação da competência: momento do *registro* ou da *distribuição* da petição inicial 53
   1.1. Quando a inicial pode ser considerada registrada 54
2. Causas envolvendo o Poder Público 56
   2.1. Ingresso de ente federal em processo tramitando em outro juízo 57
   2.2. Causas envolvendo Estado ou Distrito Federal 58
3. No âmbito do direito sucessório: partilha extrajudicial de bens e o autor da herança sem domicílio certo 59
4. No âmbito do direito de família: fim do foro do domicílio da mulher ... 59
5. Idoso: local de sua residência para causa que verse no Estatuto do Idoso 60

STJ00106879

6. Sede do cartório notarial: demandas envolvendo reparação de danos em razão do ofício 61
7. Acidente envolvendo aeronaves: domicílio do autor ou local do fato (art. 53, V) 61
8. Modificação da competência 62
8.1. Conexão: panorama geral 62
8.1.1. Conexão entre a execução por título extrajudicial com a ação de conhecimento envolvendo o mesmo direito registrado no título 63
8.1.2. Conexão por mero "risco de decisões conflitantes ou contraditórias" 65
8.2. Continência: extinção da ação contida (art. 57) 66
8.3. Critérios definidores da prevenção: registro ou distribuição da inicial 67
8.4. Foro de eleição: controle de ofício, contornos da abusividade e momento para argui-la 67
8.5. Prorrogação da competência: preliminar de contestação e a possibilidade de o Ministério Público suscitá-la (art. 65) 68
8.6. Incompetência relativa: procedimento para argui-la 70
8.7. Preservação dos atos processuais praticados pelo juízo incompetente 72

Em torno do impedimento e da suspeição do juiz

Evaristo Aragão Santos

1. Visão geral das novidades com relação à disciplina das causas de impedimento 75
2. "Parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive" 76
3. Impedimentos do juiz em razão de sua proximidade com uma das partes 77
3.1. Parentesco 77
3.2. Sócio ou membro de pessoa jurídica 77
3.3. Herdeiro presuntivo, donatário ou empregador 78
3.4. Instituição de ensino com a qual mantenha relação de emprego ou de prestação de serviços 78

STJ00106879

3.5. Quando promover ação contra a parte ou contra o advogado que a representa 78
4. Impedimentos do juiz em razão de sua proximidade com advogados (ou outros postulantes no processo) 79
4.1. Parentesco com um dos advogados (ou membro do Ministério Público) atuando na causa 79
4.2. Proximidade com o escritório de advocacia que representa uma das partes 79
4.2.1. Parte representada por escritório que tenha em seus quadros parente do juiz, mesmo não atuando na causa 80
4.2.2. Cliente de escritório de parente do juiz, ainda que, no processo, esteja representado por outra banca de advogados 80
5. Suspeição do juiz 82
5.1. Amigo ou inimigo, agora também do advogado de uma das partes 82
5.2. Causas de ilegitimidade da alegação de suspeição à luz 83
6. Procedimento para suscitar o impedimento e a suspeição (em primeiro grau e nos Tribunais) 84
7. Extensão dos motivos de impedimento e suspeição a outros sujeitos do processo 85

Deveres das partes, de seus procuradores e dos terceiros
Evaristo Aragão Santos

1. Visão geral 87
1.1. Duas condutas a merecer alguma atenção: declinar e manter atualizado o endereço para intimações e a proibição do atentado 89
2. Sobre o ato atentatório à dignidade da justiça 89
3. Litigância de má-fé: o valor da multa e a fixação de indenização 91

Honorários advocatícios
Evaristo Aragão Santos

1. Destinatário dos honorários: o advogado do vencedor 93
2. Caráter alimentar, equiparação aos créditos trabalhistas e proibição de compensação 94

STJ00106879

3. Hipóteses de sucumbência ensejadoras da fixação de honorários..... 96
4. Percentual dos honorários, sua base de cálculo e os critérios de avaliação para fixá-lo 97
5. Causas de valor inestimável ou cujo "proveito econômico" revele-se "irrisório" 99
6. Honorários na extinção sem resolução do mérito 100
7. Honorários na hipótese de reconhecimento jurídico do pedido 101
8. Indenização por ato ilícito com a condenação ao pagamento de prestações continuadas 101
9. Honorários na fase recursal 102
   9.1. Direito intertemporal 103
   9.2. Premissas para majoração dos honorários..... 104
10. Honorários nas causas em que a Fazenda Pública for parte 107
11. Honorários no cumprimento *provisório* de sentença 111
12. Pagamento dos honorários à sociedade de advogados 112
13. Mais de um vencido condenado a pagar honorários 113
14. Incidência dos juros moratórios sobre a verba honorária 113
15. Omissão na condenação e ação autônoma para fixação dos honorários 113

Gratuidade da justiça

Bruno Garcia Redondo

1. Regulamentação da gratuidade da justiça 115
2. Suspensão, por cinco anos, da exigibilidade do dever de adiantamento/pagamento..... 116
3. Beneficiários da gratuidade: partes, litisconsortes, sucessores e advogados 116
4. Atos abrangidos pela suspensão da exigibilidade..... 117
   4.1. Especificamente os emolumentos devidos a notários ou registradores 117
5. Extensão da gratuidade: total ou parcial 118
6. Momento para a formulação do pedido de concessão do benefício..... 118
7. Pressupostos para a concessão do benefício 118
8. Impugnação à concessão do benefício 119

STJ00106879

9. Revogação do benefício 119
10. Recurso contra a decisão que indefere, revoga ou concede o benefício 120
11. Sanção pelo não pagamento das despesas após a confirmação do indeferimento ou da revogação do benefício 120
12. Perícia de responsabilidade do beneficiário 120
13. Conciliação e mediação em caso de gratuidade 121

Intervenção de terceiros

Felipe Augusto de Toledo Moreira

1. Alterações topográficas, supressões e inclusões 123
2. *Oposição* tratada como procedimento especial 124
3. *Nomeação à autoria* deixa de existir no CPC/2015 125

Assistência

Felipe Augusto de Toledo Moreira

1. Subdivisão do Capítulo e cabimento 127
2. Prazo para impugnação 129
3. Autorização para a produção de provas 131
4. Assistente simples como substituto processual do assistido omisso ... 131
5. A assistência simples não obsta que a parte renuncie ao direito sobre o qual se funda a ação 132
6. Assistente simples não pode discutir a justiça da decisão 133
7. Recurso cabível contra o indeferimento 133

Chamamento ao processo

Felipe Augusto de Toledo Moreira

1. Hipóteses de cabimento 135
2. Formação de litisconsórcio passivo ulterior e prazo para a citação do chamado 137

Denunciação da lide

Felipe Augusto de Toledo Moreira

1. Facultatividade da denunciação da lide 139
2. Proibição da denunciação *per saltum* e da denunciação coletiva 140

STJ00106879

3. Denunciação sucessiva limitada a uma única vez 141
4. Simplificação procedimental 141
5. Cumprimento da sentença contra o denunciado 142

Amicus curiae
Felipe Augusto de Toledo Moreira

1. Instituto novo? 145
2. Pressupostos para a sua intervenção 146
3. Poderes processuais 147
4. Fator de incremento da legitimidade democrática das decisões judiciais 152

IDPJ – Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
Marcus Vinicius de Abreu Sampaio

1. Introdução 153
2. Como surge a pessoa jurídica e sua destacada personalidade – em que consiste a sua desconsideração 154
3. As principais novidades introduzidas pelo NCPC 157
   3.1. A desconsideração inversa da personalidade jurídica 157
   3.2. Estabelecimento de estrutura procedimental própria – Consequências 160
      3.2.1. Necessidade de prévio contraditório 160
      3.2.2. Impossibilidade de reconhecimento *ex officio* 162
      3.2.3. Dever de respeito ao devido processo legal 163
   3.3. Natureza jurídica – Consequências daí decorrentes 164
   3.4. Aspectos relevantes do procedimento 165

Ministério Público e Defensoria Pública
Sérgio Seiji Shimura

1. Ministério Público 171
2. Prerrogativas processuais 179
3. Defensoria Pública 180

STJ00106879

Prazos
Bruno Garcia Redondo

1. Termo inicial da contagem de prazos 187
2. Tempestividade de ato praticado antes do termo inicial do prazo 188
3. Cômputo apenas de dias úteis na contagem de prazos em dias com natureza processual 189
4. Suspensão de prazos no fim do ano 191
5. Interrupção de prazos 191
6. Prazos especiais (diferenciados) 191
7. Prazos na fase de conhecimento em 1ª instância 192
8. Prazos recursais 193
9. Prazos na execução 193
10. Calendário processual 194
11. Modificação de prazos pelo juiz 195
12. Negócios jurídicos processuais relativos a prazos: modificação de prazos pela vontade das partes 195

Nulidades
Teresa Arruda Alvim

1. Nota marcante 197
2. Nulidade e ineficácia 198
3. Nulidades mais ou menos graves – Absolutas ou relativas 199
4. Utilidade da classificação – regimes jurídicos diferentes 200
5. Os princípios mais relevantes: (1) não há nulidade sem prejuízo e (2) aproveitamento 201
6. Casos específicos 202
7. O plano dos recursos 203
8. A inexistência jurídica 206

Tutela Provisória
Leonardo Ferres da Silva Ribeiro

1. Introdução 209
2. O conceito de "tutela provisória" usado no CPC/2015 211

STJ00106879

3. Espécies da tutela provisória: tutela de urgência 213
4. Espécies da tutela provisória: tutela da evidência 214
5. Disposições gerais do CPC/2015 a respeito da tutela provisória 216
5.1. Tutela provisória incidental 216
5.2. A revogação ou modificação da tutela provisória 217
5.3. Efetivação da tutela provisória 218
5.4. O dever de fundamentação para concessão, modificação ou revogação 221
5.5. Competência para a tutela provisória 222
5.6. Recorribilidade da tutela provisória 223
6. Especificamente sobre a tutela de urgência: tutela cautelar e tutela antecipada 224
6.1. A técnica cautelar X a técnica da antecipação de tutela 225
6.2. Medidas concedidas em caráter antecedente ou incidental 227
6.3. Requisitos para concessão da tutela de urgência: *fumus boni juris* e *periculum in mora* ("teoria da gangorra") 227
6.4. Caução 229
6.5. Justificação prévia 230
6.6. A questão da irreversibilidade da tutela de urgência 230
6.7. A técnica cautelar utilizada pelo CPC/2015 231
6.8. Responsabilidade pela tutela de urgência cassada 232
6.9. A tutela antecipada requerida em caráter antecedente 234
6.10. Estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente 236
6.10.1. A revisão da estabilização 241
6.10.2. A estabilização e a tutela provisória parcial 243
6.10.3. Estabilização e o deferimento da tutela antecipada em 2ª instância 244
6.10.4. A estabilização da tutela provisória e os honorários advocatícios 244
6.11. A tutela cautelar requerida em caráter antecedente 245
7. Tutela da evidência 248

STJ00106879

8. A tutela provisória contra a fazenda pública 254
Referências Bibliográficas 257

Conciliação e mediação
Bruno Garcia Redondo

1. Autocomposição no Direito brasileiro contemporâneo 262
2. Atribuições dos conciliadores e mediadores judiciais 262
3. Princípios e regras que regem a autocomposição 263
4. Centros judiciários de solução consensual de conflitos 263
5. Conciliadores, mediadores e câmaras privadas de conciliação/mediação 264
6. Autonomia da vontade das partes para a escolha do conciliador, mediador ou câmara privada 264
7. Remuneração do conciliador, do mediador e das câmaras privadas 264
8. Impedimento ou impossibilidade temporária do conciliador ou mediador 265
9. Exclusão do cadastro 265
10. Dever-poder do juiz de buscar a autocomposição em qualquer fase do processo 265
11. Audiência de conciliação ou mediação 266
    11.1. Cabimento da audiência 266
    11.2. Não realização da audiência: descabimento ou dispensa 266
        11.2.1. Descabimento (não designação) da audiência: direito que não admita autocomposição 267
        11.2.2. Dispensa (cancelamento) da audiência: vontade das partes (desinteresse unânime) 267
        11.2.3. Não realização da audiência por vontade do juiz: adequação judicial atípica do procedimento 268
    11.3. Presidência e condução da audiência 269
    11.4. Designação (tempo) da audiência e intervalo mínimo entre audiências 269
    11.5. Intimação de autor e réu para comparecimento à audiência 270
    11.6. Renovação da sessão de conciliação ou mediação 270

STJ00106879

11.7. Audiência por meio eletrônico 270
11.8. Presença física na audiência: partes, advogados ou representantes 270
11.9. Ausência injustificada da parte (ou de seu representante) 271
11.10. Obtenção da autocomposição 271
12. Negócios jurídicos processuais envolvendo a autocomposição 272

Negócios jurídicos processuais
Bruno Garcia Redondo

1. Introdução 275
2. "Publicismo" do Direito Processual Civil e o CPC/1973 276
3. Autorregramento da vontade das partes no CPC/1973 277
4. "Inovações" do CPC/2015 no que tange aos negócios processuais 278
4.1. Princípio da adequação processual 279
4.2. Cláusula geral de atipicidade de negócios processuais 279
4.3. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade 279
5. Rompimento radical com o anterior sistema: necessidade de mudança de paradigma para a adequada interpretação da inovação 280
6. Eficácia dos negócios processuais 282
6.1. Eficácia objetiva dos negócios 282
6.2. Eficácia subjetiva dos negócios 283
7. Existência e validade dos negócios jurídicos processuais 284
8. Bibliografia 287

Provas
Maria Lúcia Lins Conceição

1. Conceito de prova 290
2. Os meios de prova 291
3. As fases da instrução probatória 293
4. O livre convencimento motivado ou persuasão racional não foi suprimido 298
5. Prova emprestada 300

STJ00106879

6. O ônus dinâmico da prova 303
7. Direito de não produzir prova contra si mesmo 307
8. Direito autônomo à produção de prova 307
9. Negócios jurídicos processuais envolvendo a prova 310
10. Prova documental 313
11. Audiência de instrução e julgamento e prova oral 319
12. Prova pericial 324
Referências 330

Procedimento Comum
Maria Lúcia Lins Conceição

1. Considerações iniciais 333
2. O procedimento comum 336
3. Fase postulatória 337
   3.1. Petição inicial 337
   3.2. Citação 353
   3.3. Audiência de conciliação ou mediação (art. 334) 356
   3.4. Contestação 361
      3.4.1 Prazo 362
      3.4.2. Conteúdo 364
   3.5. Reconvenção 367
   3.6. Revelia 369
4. Procedimento comum. Fase de saneamento e organização 371
   4.1. Providências preliminares 372
   4.2. Ação declaratória incidental 373
   4.3. Julgamento conforme o estado do processo 374
   4.4. Decisão de saneamento e organização 378
Referências 385

Dos procedimentos especiais
Rita de Cassia Corrêa de Vasconcelos

I. Da ação de consignação em pagamento 390
1. Consignação extrajudicial 390

STJ00106879

2. Consignação judicial. Competência e efeitos do depósito 392
3. Consignação de prestações sucessivas 393
4. Contestação e extinção do processo sem resolução do mérito 393
5. A exclusão dos efeitos da revelia 394
6. As correções de impropriedades da lei, com o novo CPC 394
II. Da ação de exigir contas 395
1. Procedimento especial somente para a ação de *exigir* – e não mais de *prestar* – contas. 395
2. Do prazo para contestar ou para prestar as contas 396
3. Da especificação detalhada da causa de pedir 396
4. Do prazo para o autor se manifestar sobre as contas prestadas 397
5. Da impugnação – fundamentada e específica – das contas apresentadas pelo réu 398
6. Do julgamento antecipado do mérito. Natureza da decisão que resolve a primeira fase 398
7. Do prazo para o réu cumprir a decisão que determina a prestação de contas 400
8. Do prazo para o autor apresentar as contas, se o réu não o fizer 400
9. Da apresentação das contas *na forma adequada* 401
10. Da desnecessidade de o réu juntar, desde logo, documentos justificativos 401
11. Da exigência de que o autor junte documentos justificativos, desde logo, se apresentar as contas em razão da inércia do réu 402
12. Da prestação de contas pelos administradores judicialmente nomeados e das medidas executivas para a recomposição do prejuízo por eles causado 402
III. Das ações possessórias 403
1. Das as ações possessórias em cujo polo passivo figuram muitas pessoas ... 403
   1.1. Do litígio coletivo pela posse de imóvel em ação de força velha 405
2. Da cumulação de pedidos nas ações possessórias 407
3. Da vedação quanto à propositura de ação de reconhecimento de domínio, na pendência da ação possessória 408

STJ00106879

4. Das perdas e danos decorrentes da liminar, em caso de improcedência do pedido 408
5. Da *suficiência* da justificação 409
6. Do prazo para contestar 409
IV. Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares 409
1. Da demarcação e da divisão extrajudiciais 410
2. Do georreferenciamento e da dispensa da prova pericial 411
3. Das citações, intimações e dos prazos 412
4. Dos peritos 412
5. Do cumprimento das sentenças 413
V. Da ação de dissolução parcial de sociedade 413
1. Objeto da ação e petição inicial 414
2. Legitimidade ativa 416
3. Citações e apresentação de resposta 416
4. A data da resolução da sociedade e a apuração de haveres 418
VI. Do inventário de da partilha 420
1. Do inventário e da partilha extrajudiciais 420
2. Das questões a serem decididas no âmbito do inventário 421
3. Da padronização dos prazos 422
4. Da inclusão do companheiro supérstite 423
5. Da legitimidade para requerer o inventário 424
6. Da nomeação do inventariante 424
7. Das primeiras declarações 425
8. Da remoção do inventariante 425
9. Das intimações e impugnações 426
10. Da avaliação e do cálculo do imposto 426
11. Das colações 427
12. Do pagamento das dívidas 427
13. Da partilha 427
14. Do arrolamento 429
15. Da nomeação de curador especial ao incapaz 429

STJ00106879

16. Da cumulação de inventários 430
VII. Dos embargos de terceiro **430**
1. Legitimidade ativa 431
2. Legitimidade passiva 434
3. Prazo para o ajuizamento e novo pressuposto de validade 434
4. Competência no caso de constrição realizada por carta 435
5. Suspensão das medidas constritivas e prestação de caução 435
6. Prazo para resposta e adoção do procedimento comum 436
7. Efeitos da sentença de procedência 436
VIII. Da oposição **436**
IX. Da habilitação 437
X. Das ações de família 438
1. Normas aplicáveis aos processos contenciosos 438
2. Opção pela inclusão da separação judicial 438
3. Inclusão das uniões estáveis. Rol exemplificativo 441
4. Ação de alimentos e ações que envolvem crianças e adolescentes 441
5. Solução consensual da controvérsia 442
5.1. Mediação e conciliação 442
5.2. Suspensão do processo 443
6. Tutela provisória 444
6.1. Medidas cautelares de ofício 444
7. Citação para comparecer à audiência 444
7.1. Mandado de citação 445
8. Audiência de mediação e conciliação. Peculiaridades 445
9. Intervenção do Ministério Público 446
10. Abuso e alienação parental 446
XI. Da ação monitória 448
1. Ampliação das hipóteses de cabimento 448
2. Da prova escrita 448
3. Requisitos da petição inicial 449
4. Admissibilidade em face da Fazenda Pública 450

STJ00106879

5. Admissibilidade da citação por qualquer meio 450
6. O mandado inicial e as vantagens de seu cumprimento no prazo 451
7. Cabimento de ação rescisória 452
8. Parcelamento do valor devido 452
9. Natureza dos embargos, suspensão da eficácia da decisão e embargos parciais 452
10. Resposta do autor aos embargos à monitória. Cabimento de reconvenção ... 453
11. A apelação contra a sentença dos embargos 453
12. Litigância de má-fé na ação monitória 454
XII. Da homologação do penhor legal 454
1. Inclusão entre os procedimentos de jurisdição voluntária 454
2. O procedimento judicial 455
3. O procedimento extrajudicial 456
XIII. Da regulação de avaria grossa 457
1. Introdução da disciplina no CPC de 2015 457
2. Regulação pela via extrajudicial 458
3. Regulação pela via judicial 459
4. Da apresentação do regulamento da avaria grossa 461
XIV. Da restauração de autos 462
XV. Dos procedimentos de jurisdição voluntária 463
1. Localização da disciplina e disposições gerais 463
1.1. Legitimidade ativa da Defensoria Pública 464
1.2. Intimação do Ministério Público 465
1.3. Supressão de algumas disposições gerais 465
1.4. Previsão de novas hipóteses sujeitas às disposições gerais 466
2. Da notificação e da interpelação 467
2.1. O protesto 468
2.2. A notificação e a interpelação 468
3. Da alienação judicial 469
4. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio 469

STJ00106879

4.1. Menção à separação consensual 470
4.2. Requisitos para a homologação judicial 471
4.3. Inclusão das uniões estáveis 472
4.4. Opção pela via extrajudicial 473
4.4.1. Vedação se houver nascituro 473
4.4.2. Observância da Resolução CNJ 35/07 473
4.5. A alteração do regime de bens do casamento 474
4.5.1. Participação do Ministério Público 475
4.5.2. Direitos de terceiros 475
4.5.3. Alteração do regime de bens nas uniões estáveis 475
5. Dos testamentos e dos codicilos 475
6. Da herança jacente 476
7. Dos bens dos ausentes 476
8. Das coisas vagas 477
9. Da interdição 478
9.1. Legitimidade ativa 479
9.2. Documentos que acompanham a inicial e tutela provisória 480
9.3. Entrevista do interditando 481
9.4. Defesa do interditando 481
9.5. Prova pericial 482
9.6. A escolha do curador e suas atribuições. Sintonia com o Estatuto da Pessoa com Deficiência 483
9.7. Forma de publicidade da sentença 484
9.8. Levantamento da interdição 484
10. Disposições comuns à tutela e à curatela 485
10.1. Os reflexos da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 485
10.2. Supressão das disposições sobre a especialização de hipoteca legal 487
10.3. Observância das regras do procedimento comum 488
10.4. Prestação de contas pelo tutor ou curador 488

STJ00106879

11. Da organização e da fiscalização das fundações 489
12. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo 489
12.1. Petição inicial e tomada de depoimentos 491
12.2. Sentença e extinção do procedimento 492

Sentença

Teresa Arruda Alvim

1. Conceito de sentença 493
2. O conteúdo das sentenças e das interlocutórias de mérito e das que equivalem a sentenças processuais ou terminativas (mas não põem fim ao processo como um todo) 494
3. Momentos de prolação da sentença 495
3.1. Julgamento conforme o estado do processo 495
3.2. Julgamento antecipado do mérito 496
3.3. Liquidez parcial e exequibilidade 499
3.4. Improcedência liminar do pedido 499
4. Das sentenças 501
4.1. Sentença que não decide o mérito 501
5. Cognoscibilidade dos vícios graves – Momento 505
6. Possibilidade de repropositura 506
7. Sentença de mérito "falsa" (art. 487, I, II e III) 507
8. Sobre a fundamentação 507
9. Interpretação da sentença 510
10. Sentença líquida e pedido genérico 511
11. Hipoteca judiciária 511

Coisa julgada

Teresa Arruda Alvim

1. Coisa julgada "parcial" 515
2. Âmbito objetivo da abrangência da coisa julgada 516
2.1. Requisitos para que ocorra a extensão objetiva da coisa julgada ... 519

STJ00106879

3. Âmbito subjetivo de abrangência da coisa julgada 520
3.1. Situação dos terceiros 521

Liquidação de sentença

Rogerio Licastro Torres de Mello

1. Aspectos gerais 527
2. Iniciativa quanto ao requerimento da liquidação de sentença 528
3. O programa de atualização monetária previsto no § 3º do art. 509 do NCPC: grande avanço 529
4. Espécies de liquidação de sentença: por arbitramento e por artigos.... 530
5. Possibilidade de apresentação de pareceres pelas partes na liquidação por arbitramento 531
6. Os custos periciais da fase de liquidação de sentença por artigos ou por arbitramento: responsabilidade do devedor 532
7. Sentenças parcialmente líquidas e parcialmente ilíquidas 533
8. Vedação à rediscussão da lide 534
9. Agravo de instrumento: recurso cabível em face da decisão da fase de liquidação 535
10. Liquidação provisória: o art. 512 do NCPC 536

Cumprimento de Sentença

Sergio Seiji Shimura

1. Capítulos específicos 537
2. Aplicação subsidiária das normas do processo de execução ao cumprimento de sentença 537
3. Requerimento do credor 538
4. Intimação do devedor 539
4.1. Intimação presumida 540
4.2. Intimação pessoal (um ano após trânsito em julgado) 540
5. Ineficácia da sentença 540
5.1. Perante terceiros 540
5.2. Relação jurídica sujeita à condição ou termo 541
6. Títulos executivos judiciais 541

STJ00106879

6.1. Decisão proferida no processo civil 541
6.2. Crédito do auxiliar da justiça 542
6.3. Sentença arbitral. Tutela provisória 542
6.4. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça 543
6.5. Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça 543
7. Autocomposição 544
8. Protesto e negativação 544
8.1. Negativação 546
9. Vícios do procedimento 547
10. Cumprimento provisório da sentença 548
10.1. Multa de 10% 549
10.2. Honorários advocatícios 550
10.3. Peças a serem juntadas 551
10.4. Impugnação ao cumprimento provisório 551
10.5. Caução 551
10.6. Dispensa de caução 552
11. Cumprimento definitivo da sentença 552
11.1. Depósito 554
11.2. Mandado de penhora e de avaliação 554
11.3. Conteúdo do requerimento de pagamento 554
11.4. Impugnação 555
11.5. Inexigibilidade do título em razão de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo 558
11.6. Nulidade de sentença arbitral 559
11.7. Inexistência de efeito suspensivo 559
12. Iniciativa do devedor na extinção da obrigação 560
13. Parcelamento 560
Bibliografia 560

STJ00106879

Execução de Título Extrajudicial

Leonardo Ferres da Silva Ribeiro

1. Disposições gerais da execução 564
   - 1.1. Partes 566
   - 1.2. Competência 567
   - 1.3. Título executivo 567
   - 1.4. Interesse processual do credor com título executivo 570
   - 1.5. Responsabilidade patrimonial 570
   - 1.6. Fraude à execução 573
2. Diversas espécies de execução 576
   - 2.1. Petição inicial 576
   - 2.2. Declaração da nulidade da execução 578
   - 2.3. Ineficácia da alienação forçada por falta de intimação 578
3. Meios de expropriação na execução por quantia certa 579
   - 3.1. Ordem dos meios de expropriação. Possibilidade de apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimento ou de outros bens (art. 825, III) – Algo para além do usufruto sobre bem móvel ou imóvel 579
4. Honorários advocatícios 580
5. Averbação da existência da execução 581
6. Arresto e considerações sobre a citação 582
7. Impenhorabilidade 584
   - 7.1. Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (inc. XII) 585
   - 7.2. Penhora de salário (§ 2º) 585
   - 7.3. Extensão da impenhorabilidade do inc. V a equipamentos, implementos e máquinas agrícolas pertencentes à pessoa física ou à empresa individual produtora rural 586
8. Ordem preferencial de bens penhoráveis 586
   - 8.1. Penhora prioritária 586
   - 8.2. Modificação da ordem preferencial de penhora 587

STJ00106879

8.3. Inclusão de dois novos bens antes não previstos no rol (incs. VII e XII) 588
8.4. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial 589
9. Inventário de bens penhoráveis na residência/estabelecimento comercial do devedor – executado como "depositário provisório" dos bens arrolados pelo oficial de justiça 589
10. Depositário 590
11. Penhora 590
11.1. Intimação da penhora 590
11.2. Penhora *on-line* 592
11.3. Penhora de quotas sociais 596
11.4. Penhora de empresa: edifícios em construção sob o regime de incorporação 598
11.5. Penhora de faturamento de empresa 598
12. Avaliação 599
13. Expropriação de bens 600
13.1. Adjudicação 600
13.2. Alienação 602
14. Satisfação do crédito 611
14.1. Vedação de pedido de levantamento durante o Plantão Judiciário 611
14.2. Quitação do valor objeto do levantamento por meio de transferência eletrônica 612
14.3. Pluralidade de credores 612
15. Embargos à execução 612
15.1. Prazo para oposição 612
15.2. Parcelamento *ex lege* da dívida 613
15.3. Matérias alegáveis em sede de embargos 614
15.4. Embargos protelatórios: ato atentatório à dignidade da justiça 615
16. Suspensão e extinção da execução 615
16.1. Hipóteses de suspensão da execução 615

STJ00106879

16.2. Prescrição intercorrente 615
Referências bibliográficas 617

Precedentes

Teresa Arruda Alvim

1. Relevância do tema no Brasil é recente – Causas 619
2. O papel do CPC 620
3. Dever de observar a jurisprudência e certos precedentes 621
4. O que é um precedente? 621
5. O que quer dizer os juízes e tribunais "observarão"? 626
6. A jurisprudência estável vai "engessar" o direito brasileiro? 627
7. A modulação 629
8. Da improcedência liminar do pedido 630
9. Da tutela da evidência 632
10. Dispensa de caução em execução 632
11. Dispensa de duplo grau obrigatório 634

Incidente de assunção de competência

Joaquim Felipe Spadoni

1. Natureza e função 637
2. Cabimento 638
3. Finalidades diferentes, requisitos diferentes 638
4. O julgamento abrange toda a causa 639
5. Competência definida em regimento interno 640
6. Proposição 640
7. O julgamento possui efeito vinculante 640
8. Existe possibilidade de revisão da tese fixada no incidente 641

Incidente de resolução de demandas repetitivas

Joaquim Felipe Spadoni

1. Função e natureza 643
2. Cabimento 644

STJ00106879

3. Procedimento 647
3.1. Competência 648
3.2. Juízo de admissibilidade 648
3.3. Desistência 649
3.4. Ampla publicidade 649
3.5. Suspensão dos processos em curso 650
3.6. Julgamento do incidente 651
3.7. Conteúdo do acórdão 651
3.8. Recursos da decisão que julga o incidente 652
4. Efeitos do julgamento 652
4.1. Efeitos do julgamento no processo de origem 653
5. Desobediência ao acórdão do IRDR 653
6. Revisão da tese fixada no IRDR 654

Reclamação
Joaquim Felipe Spadoni

1. Conceito e natureza 657
2. Funções: preservação de competência e resguardo de autoridade das decisões 658
2.1. Preservação de competência do Tribunal 658
2.2. Garantia da autoridade das decisões 659
2.3. Garantia da observância de precedentes obrigatórios 659
2.4. Restrições ao cabimento 661
3. Cabimento em qualquer Tribunal 661
4. Ação autônoma 661
5. Procedimento 662
5.1. Propositura 662
5.2. Competência 663
5.3. Informações da autoridade 663
5.4. Suspensão do processo ou do ato impugnado 663
5.5. Observância do contraditório 664
5.6. Intervenção do Ministério Público 664

STJ00106879

6. Julgamento de procedência 664
7. Honorários de sucumbência 665

Incidente de arguição de inconstitucionalidade
José Alexandre Manzano Oliani

1. Disciplina Legal 667
2. Considerações sobre o controle de constitucionalidade 667
3. Características e procedimento do incidente de arguição de inconstitucionalidade 668

Homologação de decisão estrangeira e concessão de *exequatur* à carta rogatória
Henrique Ávila

1. Melhor organicidade 673
2. Homologação de "decisão", não só de "sentença" 674
3. Decisão "eficaz no país em que foi proferida", não mais necessariamente com "trânsito em julgado" 674
4. Execução de medida estrangeira urgente 676
5. Exceção da sentença estrangeira de divórcio consensual 677

Apelação
José Alexandre Manzano Oliani

1. Introdução 681
2. Pronunciamentos judiciais e conceito de sentença no NCPC 682
3. Decisões interlocutórias apeláveis 683
4. Apelação total e parcial 686
5. Natureza dúplice das contrarrazões de apelação 687
6. Requisitos formais da apelação 688
7. Procedimento da apelação no Tribunal 690
8. Efeitos da apelação 693
9. Atribuição de efeito suspensivo à apelação 696
10. Efeito devolutivo da apelação 696
    10.1. Extensão do efeito devolutivo 696
    10.2. Profundidade do efeito devolutivo 699

STJ00106879

10.3. Efeito translativo da apelação e contraditório 701
11. Situações de julgamento do mérito diretamente pelo Tribunal 703
12. Impugnação da tutela provisória confirmada, concedida ou revogada pela sentença 704
13. Fatos novos na apelação 705

Do agravo de instrumento
Teresa Arruda Alvim

1. Generalidades 707
2. Hipóteses de cabimento 709
3. Problemas resolvidos pontualmente pelo NCPC 713
4. Problemas que poderiam ter sido resolvidos (mas não foram) 714
5. Efeitos e intimação do agravado 715
6. Sobre as interlocutórias não impugnáveis por agravo que prejudicam o vencedor no caso de não ser interposta apelação pelo vencido 715

Agravo interno
José Alexandre Manzano Oliani

1. Considerações iniciais 717
2. Relativização do princípio da colegialidade 717
3. Disciplina legal do agravo interno 719
4. Agravo interno contra decisão do relator 719
5. Agravo interno contra decisão do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal local 721
6. Procedimento do agravo interno 723
6.1. Competência para o julgamento 723
6.2. Endereçamento e prazo 724
6.3. Juízo de retratação 724
6.4. Regularidade formal 724
6.5. Efeitos 726
6.6. Fungibilidade 726
6.7. Julgamento 726

STJ00106879

Embargos de declaração

Teresa Arruda Alvim

1. Decisões embargáveis de declaração 729
2. Matéria de ordem pública 730
3. Adaptação da decisão a posterior tese adotada em recurso repetitivo ... 731
4. Omissão – Especialmente a falta de fundamentação 733
5. Erros materiais 737
6. Prazo 737
7. Contraditório 737
8. Decisões irrecorríveis 738
9. Decisão de relator 738
10. Efeito modificativo e complementação das razões 738
11. Prequestionamento 739
12. Efeitos 741
13. A multa 742

Ampliação da colegialidade como técnica de julgamento

Teresa Arruda Alvim

1. Ponderações iniciais – hipóteses de aplicação da técnica 745
2. Problemas de procedimento 748
3. Vício 752
4. Sustentação oral 753

Atribuições e poderes do relator no NCPC

José Alexandre Manzano Oliani

1. Considerações gerais 755
2. Disciplina legal 756
3. Atuação monocrática do relator 756
   3.1. Atividade saneadora do relator 759
   3.2. Poderes instrutórios do relator 761
   3.3. Outras atribuições do relator 762
4. Quadro sinótico das atribuições e poderes do relator 762

STJ00106879

Recurso especial e extraordinário – Alterações comuns a ambos – Sobre os dois agravos (arts. 1.021 e 1.042)
Teresa Arruda Alvim

1. Quanto ao juízo de admissibilidade 766
   1.1. Fundamento genérico – divergência jurisprudencial 766
   1.2. Vícios formais não graves 766
   1.3. Sanação ou desconsideração de vícios 768
   1.4. Redirecionamento e conversão 768
   1.5. Hipóteses relativas à admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário (e outras situações), que geram agravo interno ou agravo em recurso extraordinário e especial 771
2. Juízo de mérito – Alteração da dimensão da devolutividade 775
   2.1. Possibilidade de cognição de matéria de ordem pública 775
   2.2. Possibilidade de cognição do outro fundamento do pedido ou da defesa 776
      2.2.1. O rejulgamento da causa 777
3. Efeito suspensivo 777

Recurso extraordinário
Teresa Arruda Alvim

1. Efeito do reconhecimento da repercussão geral – Art. 1.035, § 5º 781
2. Repercussão geral presumida 782

Do agravo interno e do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário
Teresa Arruda Alvim

1. Generalidades 785
2. Interposição do agravo do art. 1.021 e do art. 1.042 794

Embargos de divergência
Teresa Arruda Alvim

1. Hipóteses de cabimento 797
2. Efeitos 800
3. Procedimento 802

STJ00106879

Recursos extraordinário e especial repetitivos

Teresa Arruda Alvim

1. Localização no CPC 803
2. Disciplina 804
3. Por que ficou melhor? 804
   3.1. Âmbito da ordem de suspensão 804
   3.2. Seleção do recurso "paradigma" no Tribunal *a quo* 805
   3.3. Coisa julgada anterior – recurso sobrestado 805
   3.4. Seleção de recurso "paradigma" no Tribunal Superior 806
   3.5. Delimitação da questão e âmbito da suspensão 807
   3.6 Limites da decisão 808
   3.7 Prevenção 808
   3.8 Prazo para julgamento 809
   3.9 Sobrestamento indevido e equiparação de recurso não sobrestado 809
   3.10. Fundamentação da decisão do paradigma 811
4. Prestação de serviço – Concessão, permissão ou autorização 811
5. Respeito ao precedente – Estímulo e reclamação 811

Recurso ordinário

Henrique Ávila

1. Poucas alterações 813
2. Proibição do juízo de admissibilidade 814
3. Teoria da causa madura no recurso ordinário 816
4. Efeito suspensivo *ope judicis* 817
5. Última nota 820

Da ação rescisória

Teresa Arruda Alvim

1. Decisão que enseja a propositura de ação rescisória 821
2. Coisa julgada 822

STJ00106879

3. Trânsito em julgado de decisões que não são de mérito - excepcionalmente, rescindibilidade sem coisa julgada 822
3.1. Decisões que não são de mérito, mas transitam em julgado..... 822
3.2. Decisões que não transitam em julgado..... 823
4. Rescindibilidade de um dos capítulos da decisão ou da sentença 823
5. Ação rescisória – Ação anulatória 824
6. Novidades quanto às hipóteses de cabimento..... 825
6.1. Conduta inadequada das partes 825
6.2. Violação manifesta da norma jurídica – o que é norma jurídica? ... 825
6.2.1. Ofensa à norma jurídica deve constar necessariamente da própria decisão? Ou pode ter tido lugar no curso do processo?..... 826
6.2.2. Súmula vinculante 827
6.3. Prova nova 827
7. Decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento 828
8. Fundamentação..... 829
9. Incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória – Sanabilidade dos vícios..... 829
10. Prazo para a propositura da ação rescisória – Natureza do prazo 830
10.1. Termo inicial e final – para a propositura da ação rescisória 831
10.2. "Prorrogação" do prazo..... 831
11. Formas excepcionais de contagem do prazo..... 831
11.1. Descoberta de prova nova 831
11.2. Simulação ou colusão das partes 832
11.3. Da execução por quantia certa e da execução contra a Fazenda Pública 832
12. Ampliação da colegialidade 833
13. Tutela provisória..... 834
14. Depósito de 5% sobre o valor da causa..... 834

STJ00106879

Ação anulatória

Henrique Ávila

1. Alterações prováveis 835
2. Tentativa frustrada de mudança 837
3. Rescindibilidade das decisões que homologam autocomposição 838
4. Anulação e rescisão de partilha 840